

Textos para discussão – n.9

Síntese dos Resultados da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul em 2025

Bruna Freitas dos Santos, Edyr de Jesus Alves Pereira

Centro de Educação Baseada em Evidências da Secretaria da Educação

MARÇO/2026

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Publicação seriada que tem como objetivo difundir conhecimento sobre evidências educacionais, visando amparar o desenvolvimento, o monitoramento e avaliação das políticas públicas em educação.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria da Educação.

CEBE Centro de Educação Baseada em Evidências

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador:Eduardo Leite
Vice-Governador:Gabriel Souza

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Secretária: Raquel Teixeira
Secretária Adjunta: Stefanie Eskereski
Diretora Geral: Iracema Keila Castelo Branco
Coordenador CEBE: Guilherme Simionato

Equipe Técnica CEBE:

Bruna Freitas dos Santos
Damallys de Assis Oliveira
Danielle Campos
Eduarda dos Reis Barcellos
Edyr de Jesus Alves Pereira
Fabiano Antunes
Gabriel Canofe Costa
Laura Eduarda Mallmann Kieling
Leonardo Bruno Afonso da Silva
Maria Augusta Kämpf Magadan
Nikolas Weige
Paulo Marcos Ribeiro
Samarina Sodré Galeão da Rosa

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Resumo Executivo

Em 2025, a rede estadual do Rio Grande do Sul apresentou melhora consistente no fluxo escolar, com taxa de aprovação de 89% em 2024 para 93% em 2025, com destaque para o ensino médio, que deixa de ser o principal gargalo observado em 2024, na qual saiu de 84% para 89,4% na taxa de aprovação. A aprovação se mantém elevada no ensino fundamental, sendo acima de 95%.

A reprovação e o abandono diminuem, especialmente na transição para o ensino médio, indicando maior permanência dos estudantes e um percurso escolar mais contínuo, possivelmente associado a estratégias de flexibilização e recuperação da aprendizagem.

No entanto, a análise das matrículas mostra que o desafio da permanência no ensino médio persiste. Embora haja grande entrada no 1º ano (mais de 100 mil estudantes), observa-se uma queda acentuada até o 3º ano, com redução próxima de 38%, evidenciando perdas ao longo da trajetória. Esse padrão contrasta com o ensino fundamental, onde o número de alunos é mais estável entre os anos, e reforça que o ensino médio ainda concentra os principais riscos de evasão.
Quanto aos estudantes brancos e PPI no Ensino Médio, entre 2022 e 2024, o gap na taxa de aprovação manteve-se elevado e relativamente estável, variando entre 7,5% e 8,2%, indicando uma persistência da desigualdade racial sem mudanças estruturais relevantes, contudo em 2025 esse cenário mudou, na qual observou-se uma queda expressiva para 4,8%.

Contudo, ainda permanecem desigualdades entre grupos e territórios, com resultados mais frágeis em contextos específicos. Assim, o principal desafio passa a ser sustentar a melhoria do fluxo com qualidade e equidade, garantindo não apenas a progressão, mas também a permanência e a aprendizagem efetiva ao longo de toda a trajetória escolar.

Introdução

A discussão dos resultados educacionais referentes ao ano letivo de 2025 demanda uma análise abrangente, capaz de considerar diferentes dimensões que estruturam a rede estadual de ensino. Nesse sentido, o olhar territorial, organizado a partir das 30 Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), constitui um ponto de partida relevante para identificar variações regionais, reconhecer especificidades locais e compreender como distintos contextos influenciam os resultados escolares.

Somado a isso, a rede estadual apresenta uma ampla diversidade de modalidades e cenários educacionais. As escolas estão inseridas em realidades variadas — urbanas, rurais, indígenas, quilombolas e de educação especial —, além de territórios com maiores níveis de vulnerabilidade social e violência, contemplados por iniciativas como o RS Seguro. Paralelamente, observa-se a expansão de políticas educacionais, entre elas o Programa de Educação em Tempo Integral, que traz novas dinâmicas pedagógicas e organizacionais.

Outro elemento central refere-se às características dos estudantes. Aspectos como gênero, raça/cor e condições socioeconômicas são analisados de forma integrada, permitindo compreender como múltiplos fatores interagem e impactam o percurso escolar. Essa perspectiva contribui para evidenciar desigualdades e orientar interpretações mais contextualizadas dos indicadores educacionais.

Dessa forma, a articulação entre território, modalidades de ensino e perfil dos estudantes possibilita uma visão mais ampla da complexidade existente na rede estadual. Os dados indicam que tais dimensões estão diretamente relacionadas aos resultados de fluxo e desempenho, revelando tanto convergências quanto diferenças entre grupos e contextos.

O presente estudo descritivo tem como finalidade apresentar indicadores educacionais referentes ao ano de 2025, fortalecendo o acompanhamento sistemático das informações e apoiando o planejamento estratégico e a construção de políticas públicas educacionais mais equitativas e alinhadas às demandas da rede.

Literatura Relacionada

A discussão sobre desigualdades educacionais no Brasil evidencia a relevância do território como dimensão central para a compreensão dos resultados escolares. O estudo “Desigualdades educacionais no Brasil: uma análise regional a partir de

indicadores educacionais" destaca que diferenças socioeconômicas e estruturais entre regiões influenciam diretamente os indicadores educacionais, reforçando a necessidade de análises territorializadas nas redes de ensino. De forma complementar, o artigo "Dimensões da desigualdade educacional no Brasil", publicado na Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE), apresenta uma abordagem conceitual baseada nas dimensões de acesso, tratamento e aprendizagem, apontando que as desigualdades educacionais possuem forte componente institucional e regional, o que justifica a adoção de recortes territoriais na análise de dados educacionais.

No campo das políticas públicas e da gestão educacional, a literatura ressalta que estratégias estruturadas são fundamentais para reduzir disparidades e promover equidade. O estudo "Educação e igualdade: o impacto das políticas públicas na redução das desigualdades sociais no Brasil" demonstra que programas educacionais e ações governamentais baseadas em indicadores contribuem para ampliar oportunidades educacionais e melhorar o desempenho dos estudantes. Na mesma direção, o trabalho "Desigualdades educacionais no Brasil e as políticas públicas de inclusão" revisa marcos normativos e políticas nacionais, como a LDB, o PNE e o Fundeb, evidenciando que a articulação entre planejamento estratégico e monitoramento contínuo de dados é essencial para fortalecer a gestão educacional e orientar decisões baseadas em evidências.

Outro eixo importante refere-se ao perfil dos estudantes e às múltiplas dimensões de vulnerabilidade que atravessam as trajetórias escolares. O estudo "Desigualdades sociais e desempenho escolar no Brasil: análise com microdados do ENEM" evidencia que fatores como raça/cor, gênero e condições socioeconômicas apresentam associação significativa com indicadores de desempenho e participação educacional. Esses resultados reforçam a necessidade de abordagens interseccionais na análise dos dados educacionais, destacando que políticas públicas eficazes devem considerar as especificidades dos diferentes grupos sociais, indo além de análises agregadas.
Além disso, pesquisas sobre organização escolar e ampliação da jornada educativa contribuem para compreender a diversidade de modalidades presentes na rede pública. O artigo "Educação de tempo integral, política pública educacional e desigualdade" discute como programas de educação em tempo integral podem atuar na redução de desigualdades ao ampliar o tempo pedagógico e fortalecer estratégias de permanência escolar, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social.
Por fim, relatórios institucionais internacionais reforçam a importância do planejamento educacional orientado por evidências. O documento "Educação inclusiva e de qualidade

no Brasil", da UNESCO, destaca a necessidade de políticas educacionais baseadas em dados para enfrentar desigualdades estruturais, enquanto o relatório "Education at a Glance – Brazil", da OECD, apresenta análises comparativas sobre equidade educacional, evidenciando desafios persistentes e a importância do monitoramento contínuo dos indicadores educacionais. Em conjunto, essas referências sustentam a relevância de análises que integrem território, políticas públicas, modalidades de ensino e características dos estudantes para compreender de forma abrangente a realidade educacional brasileira.

Metodologia e dados

A avaliação dos resultados do ano letivo de 2025 dos estudantes da rede estadual do Rio Grande do Sul é realizada a partir de uma abordagem estatística e descritiva, contemplando duas dimensões principais. A primeira refere-se aos resultados dos alunos, classificados em aprovação, reprovação e abandono e após, o fluxo escolar, observando o percurso dos estudantes ao longo do ano letivo por meio de indicadores como matrículas, cancelamentos e casos de abandono.

Essa análise é realizada levando em conta diferentes recortes geográficos, tipos de escola e modalidades de ensino, além de incorporar uma perspectiva interseccional para considerar as múltiplas características dos estudantes. Os dados que embasam esse estudo são extraídos do Sistema de Informatização da Secretaria da Educação (ISE) e do Cadastro Único do governo federal.

Tabela 1 – Resultados do ano letivo de 2025 em percentual (%).

	Aprovação		Reprovação (Abandono)		Em PP		Evolução 2025x2024
	Taxa	Mediana	Taxa	Mediana	Taxa	Mediana	Diferença em p.p da taxa de aprovados
Rede Estadual	93,24	96,26	4,99 (1,77)	2,33 (0,48)	1,44	0	4,16
Ensino Fundamental	95,63	97,74	3,49 (0,87)	1,4 (0,00)	0,99	0	3,38
Ensino Médio	89,35	92,35	7,37 (3,27)	4,53 (1,72)	2,28	0	5,38
01 CRE - Porto Alegre	89,79	91,32	8,37 (1,84)	6,42 (0,96)	3,09	1	3,26
02 CRE - São Leopoldo	91,67	93,86	5,95 (2,38)	4,08 (1,18)	1,66	1	4,48
03 CRE - Estrela	96,16	97,79	3,14 (0,71)	1,54 (0,00)	1	0	4,7
04 CRE - Caxias do Sul	92,23	95,33	3,04 (4,73)	1,95 (2,40)	1,36	0	2,78
05 CRE - Pelotas	92,87	94,47	6,13 (1,00)	4,46 (0,00)	2,21	1	4,98
06 CRE - Santa Cruz do Sul	96,79	98	1,93 (1,28)	0,64 (0,61)	0,57	0	3,33
07 CRE - Passo Fundo	91,7	94,85	6,20 (2,11)	3,21 (0,56)	0,79	0	3,11
08 CRE - Santa Maria	91,47	94,33	6,83 (1,70)	4,24 (0,68)	1,9	0	4,33
09 CRE - Cruz Alta	97,03	98,17	2,57 (0,40)	0,88 (0,00)	0,68	0	6,97
10 CRE - Uruguaiana	93,79	97,07	5,01 (1,20)	2,42 (0,34)	0,75	0	4,63
11 CRE - Osório	95,02	96,54	3,25 (1,73)	1,79 (0,52)	0,73	0	5,11
12 CRE - Guaíba	93,56	95,02	4,68 (1,76)	2,22 (1,12)	1,7	0	5,09
13 CRE - Bagé	95,32	96,74	3,75 (0,94)	1,96 (0,00)	0,82	0	4,71
14 CRE - Santo Ângelo	96,98	97,57	2,17 (0,85)	1,38 (0,00)	0,73	0	3,32
15 CRE - Erechim	95,92	98,2	2,64 (1,45)	0,46 (0,46)	0,83	0	2,96
16 CRE - Bento Gonçalves	93,85	98,13	3,79 (2,36)	1,03 (0,00)	1,12	0	3,14
17 CRE - Santa Rosa	96,43	98,45	2,22 (1,36)	0,72 (0,48)	1,04	0	4,31
18 CRE - Rio Grande	90,63	90,68	7,54 (1,83)	6,57 (1,16)	3,42	5	5,76
19 CRE - Santana do Livramento	94,64	95,7	4,04 (1,32)	3,61 (0,29)	1,14	0	5,49
20 CRE - Palmeira das Missões	96,72	98,06	2,75 (0,53)	1,65 (0,00)	0,9	0	4,00
21 CRE - Três Passos	95,65	98,09	3,14 (1,22)	0,00 (0,00)	0,67	0	7,77
23 CRE - Vacaria	95,66	99,14	1,7 (2,64)	0,00 (0,54)	0,31	0	2,35
24 CRE - Cachoeira do Sul	94,47	96,46	4,1 (1,43)	2,01 (0,48)	1,84	0	5,1
25 CRE - Soledade	96,48	97,92	2,15 (1,36)	0,90 (0,00)	0,27	0	3,62
27 CRE - Canoas	91,55	95,57	6,48 (1,97)	3,12 (0,68)	1,34	0	3,59
28 CRE - Gravataí	90,95	92,71	7,32 (1,73)	6,18 (1,59)	1,32	1	4,91
32 CRE - São Luiz Gonzaga	97,83	100	1,36 (0,81)	0,00 (0,00)	0,45	0	3,01
35 CRE - São Borja	97,87	99,26	1,7 (0,44)	0,20 (0,00)	0,16	0	3,8
36 CRE - Ijuí	96,39	98,35	2,51 (1,10)	0,52 (0,00)	0,73	0	3,7
39 CRE - Carazinho	96,84	99,43	2,08 (1,09)	0,33 (0,00)	0,32	0	4,64
Escolas Urbanas [1]	93,07	95,47	5,12 (1,81)	3,00 (0,71)	1,5	0	4,17
Escolas Rurais [1]	96,15	100	2,68 (1,17)	0,00 (0,00)	0,52	0	4,02
Escolas Indígenas [2]	92,59	97,84	5,55 (1,86)	0,00 (0,00)	0,07	0	7,44
Escolas Especiais [3]	76,78	91,28	18,42(4,79)	8,72 (0,00)	0	0	0,54
Escolas Quilombolas [4]	91,52	90,91	6,71 (1,77)	7,17 (0,85)	2,83	0	0,51
Escolas RS Seguro [5]	89,95	91,13	7,65 (2,40)	6,4 (1,59)	1,7	1	5,16
Escolas Tempo Integral [6]	93,69	95,78	4,57 (1,74)	2,44 (0,86)	1,26	0	4,79
Ensino Médio Tempo Integral [6]	91,23	93,97	5,89 (2,88)	3,47 (1,54)	1,91	0	6,21

Notas: (1) Escolas cadastradas no ISE(Informatização do Sistema de Educação) com localização urbana ou rural. (2) Escolas localizadas em território indígena. (3) Escolas exclusivas de Educação Especial. (4)Escolas consideradas quilombolas são escolas mapeadas próximas a terras quilombolas delimitados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). (5) Escolascom endereços pertencentes ao território delimitado pelo RS Seguro. (6) Escolas com oferta de ensino médio em tempo integral (111 em 2023). (7) As taxas dos PP (ProgressãoParcial) são obtidas a partir dos aprovados. Todas as estatísticas apresentadas nesta tabela possuem como base a data de 03/03/2026. Para esta aplicação, foram consideradasas matrículas dos alunos no tipo de ensino regular, profissional integrado ao ensino médio e especial.
Fonte: ISE. Elaboração: CEBE.

A Tabela 1, que consolida os resultados da rede como um todo, confirma um ganho sistêmico consistente no fluxo escolar em 2025, mas com nuances importantes quando se observa a evolução em si, para além das comparações entre CREs.

No agregado da Rede Estadual, a aprovação atinge 93,24%, com reprovação de 5% e apenas 1,44% em progressão parcial dentre os aprovados, acompanhados de uma evolução de +4,16 p.p. na taxa de aprovação em relação a 2024. Esse crescimento, embora menor que o observado especificamente no Ensino Médio (+5,38 p.p.), é relevante porque ocorre sobre uma base já elevada, indicando um refinamento do fluxo em níveis próximos à saturação.

Quando se desagrega por etapa, fica evidente que o Ensino Médio é o principal vetor dessa evolução, com crescimento de +5,38 p.p., enquanto o Ensino Fundamental apresenta um avanço mais moderado (+3,38 p.p.). Isso sugere que o ajuste de fluxo foi mais intenso justamente na etapa historicamente mais crítica em termos de reprovação e abandono. Há, portanto, um movimento de equalização entre etapas, reduzindo a tradicional defasagem do Ensino Médio em relação ao Fundamental.

O padrão de evolução também revela um comportamento importante: os ganhos não estão concentrados em poucos pontos da distribuição, mas são amplamente disseminados. Todas as CREs apresentaram um crescimento positivo, ainda que com magnitudes distintas. Isso reforça a interpretação de que houve um fator sistêmico comum, influenciando o conjunto da rede, e não apenas melhorias localizadas.

No entanto, ao analisar a evolução em termos de intensidade, percebe-se que ela não é homogênea. Há CREs com ganhos bastante expressivos, como Três Passos (+7,77 p.p.), Cruz Alta (+6,97p.p.) e Rio Grande (+5,76 p.p.), enquanto outras apresentam avanços mais modestos, como Vacaria (+2,35 p.p.) e Caxias do Sul (+2,78 p.p.). Esse gradiente sugere que, embora o impulso seja sistêmico, a capacidade de conversão desse impulso em resultado varia localmente, possivelmente em função do perfil das escolas e/ou estudantes ou condições socioeducacionais.

Um ponto central na leitura da evolução é a relação entre aprovação, reprovação e progressão parcial. O aumento da aprovação ocorre em um contexto de reprovação já baixa e PP relativamente controlada, o que indica que o ganho não se deu exclusivamente por substituição direta via PP. Ainda assim, em algumas CREs e tipologias, a PP aparece como mecanismo complementar, sugerindo um ajuste fino do fluxo, mais do que uma mudança abrupta de regime.

Ao observar as tipologias de escola, a evolução também traz sinais importantes. As escolas urbanas apresentam crescimento de +4,17 p.p., enquanto as rurais crescem +4,02 p.p., indicando um avanço levemente mais intenso em contextos urbanos. Já as escolas indígenas (+7,44 p.p.) mostra uma evolução relevante, o que pode sinalizar inclusão maior no fluxo. Em contrapartida, as escolas quilombolas e especiais tiveram uma evolução menor, sendo +0,51 e +0,54 p.p., respectivamente.

Outro aspecto relevante é que, mesmo com o avanço, a diferença da mediana varia, indicando que a evolução não eliminou a desigualdade interna entre escolas. Ou seja, o sistema melhorou como um todo, mas ainda existem unidades com desempenho significativamente inferior, que continuam puxando as taxas para baixo.

De forma geral, os resultados de 2025 indicam bons indicadores em relação ao ano anterior, embora ainda persistam desigualdades territoriais e diferenças importantes entre etapas e tipos de escola. Alguns contextos educacionais específicos concentram os principais desafios, apontando para a necessidade de políticas e estratégias diferenciadas que promovam maior equidade no desempenho educacional da rede.

Tabela 2 – Resultados do ano letivo para oEnsino médio de 2025 em percentual (%).

	Aprovação		Reprovação (Abandono)		Em PP		Evolução 2025x2024
	Taxa	Mediana	Taxa	Mediana	Taxa	Mediana	Diferença em p.p da taxa de aprovados
Ensino Médio	89,35	92,35	7,37 (3,27)	4,53 (1,72)	2,28	0	5,38
01 CRE - Porto Alegre	84,53	85,71	12,34 (3,13)	10 (2,22)	5,94	6	3,94
02 CRE - São Leopoldo	87,98	89,95	7,89 (4,12)	5,8 (3,09)	1,97	1	5,65
03 CRE - Estrela	93,45	95,82	5,42 (1,13)	2,65 (0,00)	1,33	0	6,47
04 CRE - Caxias do Sul	87,06	88,48	4,34 (8,6)	3,96 (6,70)	2,12	0	2,74
05 CRE - Pelotas	90,37	91,36	8,1 (1,53)	6,92 (1,02)	3,29	2	5,79
06 CRE - Santa Cruz do Sul	94,19	95,08	3,17 (2,64)	2,37 (1,45)	1,06	0	4,79
07 CRE - Passo Fundo	87,3	90,7	8,88 (3,83)	6,17 (2,08)	1,28	0	3,79
08 CRE - Santa Maria	87,32	90	10,09 (2,58)	7,00 (0,93)	3,88	0	6,92
09 CRE - Cruz Alta	94,37	97,22	4,75 (0,88)	2,17 (0,15)	1,53	0	9,26
10 CRE - Uruguaiana	87,9	92,19	9,26 (2,84)	5,42 (2,29)	1,08	0	7,12
11 CRE - Osório	92,12	92,95	4,68 (3,20)	3,37 (3,34)	1,26	0	8,27
12 CRE - Guaíba	89,47	92,14	7,68 (2,85)	4,74 (2,87)	3,03	1	5,89
13 CRE - Bagé	91,29	92,78	6,87 (1,85)	5,15 (0,79)	1,83	0	6,15
14 CRE - Santo Ângelo	94,36	96,3	3,96 (1,69)	1,31 (0,56)	1,2	0	5,23
15 CRE - Erechim	92,46	96,8	4,42 (3,12)	1,08 (1,49)	1,88	0	4,49
16 CRE - Bento Gonçalves	88,6	94,51	6,81 (4,59)	2,82 (1,48)	2,35	0	5,45
17 CRE - Santa Rosa	93,22	94,75	3,77 (3,01)	2,18 (2,34)	2,1	0	5,89
18 CRE - Rio Grande	87,91	90,26	9,65 (2,44)	7,72 (1,29)	4,25	3,5	5,16
19 CRE - Santana do Livramento	91,37	91,65	6,2 (2,42)	5,67 (2,18)	1,98	1	8,05
20 CRE - Palmeira das Missões	93,58	95,07	5,09 (1,34)	4,29 (0,00)	1,6	0	5,67
21 CRE - Três Passos	92,65	93,94	4,64 (2,72)	3,61 (0,77)	1,39	0	11,31
23 CRE - Vacaria	89,81	94,12	3,57 (6,62)	1,85 (5,19)	0,13	0	3,53
24 CRE - Cachoeira do Sul	90,65	91,71	6,34 (3,00)	3,75 (3,16)	3,12	0	4,54
25 CRE - Soledade	91,75	94,87	4,69 (3,56)	3,74 (0,93)	0,41	0	4,64
27 CRE - Canoas	86,62	86,41	10,3 (3,08)	8,21 (2,34)	1,91	0	3,59
28 CRE - Gravataí	88,9	89,64	8,95 (2,15)	8,03 (1,91)	1,48	0	5,74
32 CRE - São Luiz Gonzaga	94,44	96,63	3,00 (2,56)	0,93 (0,81)	1,15	0	5,01
35 CRE - São Borja	96,1	97,66	3,27 (0,63)	1,7 (0,00)	0,44	0	5,42
36 CRE - Ijuí	92,15	93,72	5,37 (2,48)	3,74 (2,05)	0,89	0	4,74
39 CRE - Carazinho	94,28	96,77	3,76 (1,96)	2,49 (0,00)	0,51	0	7,67
Escolas Urbanas [1]	89,27	92,21	7,44 (3,29)	4,65 (1,75)	2,32	0	5,34
Escolas Rurais [1]	92,33	94,68	4,85 (2,82)	2,67 (0,93)	1,08	0	6,94
Escolas Indígenas [2]	86,76	87,5	9,66 (3,57)	8,00 (0,00)	0	0	20,37
Escolas Quilombolas [4]	91,51	92,68	7,55 (0,94)	4,55 (2,78)	2,06	1	4,91
Escolas RS Seguro [5]	86,15	87,13	9,78 (4,07)	8,25 (3,14)	2,37	1	6,56
Ensino Médio Tempo Integral[6]	91,23	93,97	5,89 (2,88)	3,47 (1,54)	1,91	0	6,21

Notas: (1) Escolas cadastradas no ISE(Informatização do Sistema de Educação) com localização urbana ou rural. (2) Escolas localizadas em território indígena. (4) Escolas consideradas quilombolas são escolasmapeadas próximas a terras quilombolas delimitadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). (5) Escolas com endereços pertencentes ao territóriodelimitado pelo RS Seguro. (6) Escolas com oferta de ensino médio em tempo integral (111 em 2023). (7) As taxas dos PP (Progressão Parcial) são obtidas a partirdos aprovados. Todas as estatísticas apresentadas nesta tabela possuem como base a data de 03/03/2026. Para esta aplicação, foram consideradas as matrículas dosalunos do ensino médio.
Fonte: ISE. Elaboração: CEBE.

A Tabela 2 apresenta um panorama bastante consistente do fluxo escolar no Ensino Médio em 2025, evidenciando um sistema com melhora relevante em relação ao ano anterior, mas ainda marcado por desigualdades importantes entre regiões e tipos de escola. No agregado o Ensino Médio apresenta um crescimento médio de +5,38 pontos percentuais na aprovação em relação a 2024, o que é um avanço expressivo em termos de política educacional.

Quando se observa a evolução de forma mais ampla, nota-se que a grande maioria das CREs apresenta crescimento positivo, muitas delas com ganhos superiores a 5 p.p., o que sugere um comportamento sincronizado do sistema. Casos como Três Passos (+11,31 p.p.) e Cruz Alta (+9,26 p.p.), indicam avanços muito acima da média, o que dificilmente ocorreria de forma isolada; isso reforça a hipótese de mudanças institucionais ou normativas que impactaram o conjunto da rede, como flexibilização de critérios de aprovação e intensificação de estratégias de recuperação.

A evolução observada não parece decorrer apenas de melhorias incrementais na aprendizagem, mas possivelmente de mecanismos de ajuste do fluxo escolar. Isso fica mais evidente quando se considera que o aumento da aprovação ocorre simultaneamente a níveis relativamente baixos de reprovação e à presença, ainda que moderada, da progressão parcial. Em algumas CREs, o crescimento da aprovação vem acompanhado de maior uso de PP, sugerindo um efeito de substituição entre reprovação e progressão, o que contribui diretamente para o ganho nos indicadores de fluxo.
Ao analisar a evolução por tipologia de escola, observa-se que todos os tipos tiveram crescimento, porém as escolas indígenas, obteve destaque, com uma evolução de +20 p.p.

Por fim, a evolução observada em 2025 sugere que o sistema educacional passou por um ajuste relevante de regime, com maior eficiência no percurso escolar e redução de barreiras à progressão. No entanto, a sustentabilidade desse movimento dependerá da capacidade da rede de equilibrar dois objetivos, como manter níveis elevados de aprovação e, ao mesmo tempo, garantir que essa progressão esteja ancorada em aprendizagem real. Sem esse equilíbrio, há o risco de se consolidar um padrão de fluxo positivo apenas do ponto de vista administrativo, mas com fragilidades pedagógicas no médio prazo.

Tabela 3 – Fluxo de matrículas no ano letivode2025.

	Cancelados		Abandonos		Matriculados		
	Taxa	Máx.	Taxa	Máx	Taxa	Máx.	Mín.
Rede Estadual	4,23	54,55	1,77	41,67	94	100	43,75
Ensino Fundamental	0,32	31,58	0,87	41,67	98,81	100	58,33
Ensino Médio	10,63	60	3,27	28,83	86,09	100	37,8
01 CRE - Porto Alegre	4,72	49,28	1,84	37,88	93,44	100	47,83
02 CRE - São Leopoldo	4,42	20	2,38	14,48	93,2	100	65,84
03 CRE - Estrela	3,65	20,31	0,71	16,13	95,64	100	73,44
04 CRE - Caxias do Sul	3,77	22,07	4,73	28,83	91,49	100	49,1
05 CRE - Pelotas	5,06	33,33	1	7,22	93,95	100	62,75
06 CRE - Santa Cruz do Sul	3,34	20,69	1,28	4,38	95,38	100	77,93
07 CRE - Passo Fundo	3,46	20	2,11	9	94,43	100	71
08 CRE - Santa Maria	4,52	38,1	1,7	15,79	93,78	100	61,9
09 CRE - Cruz Alta	2,26	12,17	0,4	5,5	97,34	100	87,83
10 CRE - Uruguaiana	3,91	54,55	1,2	8,01	94,89	100	45,45
11 CRE - Osório	4,97	16,67	1,73	15,38	93,3	100	78,87
12 CRE - Guaíba	4,71	26,04	1,76	41,67	93,52	100	58,33
13 CRE - Bagé	4,38	15,19	0,94	9,84	94,69	100	76,25
14 CRE - Santo Ângelo	3,46	7,46	0,85	5,17	95,69	100	88,03
15 CRE - Erechim	1,77	11	1,45	7,78	96,78	100	83,5
16 CRE - Bento Gonçalves	4,02	17,3	2,36	11,45	93,62	100	72,19
17 CRE - Santa Rosa	2,41	12,32	1,36	6,16	96,23	100	81,52
18 CRE - Rio Grande	4,33	15,83	1,83	9,89	93,84	100	83,88
19 CRE - Santana do Livramento	3,2	12,69	1,32	11,7	95,48	100	79,64
20 CRE - Palmeira das Missões	2,76	18,13	0,53	8,19	96,71	100	78,36
21 CRE - Três Passos	1,9	32,81	1,22	23,44	96,89	100	43,75
23 CRE - Vacaria	2,59	11,88	2,64	6,97	94,77	100	83,17
24 CRE - Cachoeira do Sul	4,79	22,89	1,43	7,69	93,78	100	75,3
25 CRE - Soledade	2,71	10,32	1,36	9,28	95,93	100	84,92
27 CRE - Canoas	7,74	38,3	1,97	12,61	90,29	100	51,06
28 CRE - Gravataí	6,63	35,64	1,73	13,29	91,64	100	60,4
32 CRE - São Luiz Gonzaga	1,1	5,93	0,81	5,22	98,09	100	93,24
35 CRE - São Borja	0,96	6,74	0,44	2,75	98,6	100	92,99
36 CRE - Ijuí	2,89	11,9	1,1	7,92	96,02	100	86,6
39 CRE - Carazinho	3,67	15	1,09	4,17	95,24	100	81,14
Escolas Urbanas [1]	4,34	49,28	1,81	37,88	93,85	100	47,83
Escolas Rurais [1]	2,39	54,55	1,17	41,67	96,44	100	43,75
Escolas Indígenas [2]	2,62	32,81	1,86	41,67	95,52	100	43,75
Escolas Especiais [3]	5,75	18,82	4,79	37,88	89,46	100	56,06
Escolas Quilombolas [4]	1,77	15,91	1,77	4,49	96,47	99,64	84,09
Escolas RS Seguro [5]	6,29	42,86	2,4	28,83	91,31	100	49,1
Escolas Tempo Integral [6]	4,97	38,3	1,74	37,88		100	43,75
Ensino Médio Tempo Integral [6]	11,17	52,38	2,88	28,83	93,29	100	37,8
					85,95		

Notas: (1) Escolas cadastradas no ISE(Informatização do Sistema de Educação) com localização urbana ou rural.(2) Escolas localizadas em território indígena. (3) Escolas exclusivas de Educação Especial. (4) Escolas consideradas quilombolas são escolas mapeadas próximas a terras quilombolas delimitadas pelo Instituto Nacional de Colonização e ReformaAgrária (INCRA). (5) Escolas com endereços pertencentes ao território delimitado pelo RS Seguro. (6) Escolas com oferta de ensino médio em tempo integral (111em 2023). Todas as estatísticas apresentadas nesta tabela possuem como base a data de 03/03/2026. Para esta aplicação, foram consideradas as matrículas dosalunos no tipo de ensino regular, profissional integrado ao ensino médio e especial.
Fonte: ISE. Elaboração: CEBE.

A análise do fluxo de matrículas no ano letivo de 2025 evidencia a dinâmica de permanência e saída de estudantes ao longo do ano, considerando três indicadores principais: cancelamentos, abandonos e matrículas efetivadas. No conjunto da rede estadual, observa-se que 94% dos estudantes permanecem matriculados, enquanto 4,23% correspondem a cancelamentos de matrícula e 1,8% a abandonos. Esses valores indicam que a maior parte dos estudantes mantém vínculo com a escola ao longo do ano letivo, embora ainda exista uma parcela que interrompe sua trajetória escolar.

Quando analisadas as etapas de ensino, percebe-se uma diferença significativa entre o ensino fundamental e o ensino médio. O ensino fundamental apresenta maior estabilidade, com 99% de estudantes matriculados ao final do período, além de baixos níveis de cancelamentos (0,3%) e abandonos (0,9%). Já o ensino médio apresenta maior fragilidade no fluxo escolar, com 86% de estudantes matriculados, 11% de cancelamentos e 3% de abandono, evidenciando maior risco de saída do sistema educacional nessa etapa. Esse padrão é consistente com outros indicadores educacionais e reflete desafios estruturais do ensino médio, como a necessidade de conciliar estudos e trabalho, maior defasagem idade-série e aumento da vulnerabilidade social entre os estudantes.

Quanto à análise entre as regionais, algumas apresentam níveis mais elevados de cancelamento, como Canoas (7,74%) e Gravataí (6,63%), o que pode indicar contextos de maior mobilidade escolar ou maiores dificuldades de permanência dos estudantes. Por outro lado, algumas CREs apresentam fluxos mais estáveis, como São Borja e São Luiz Gonzaga, com percentuais muito elevados de estudantes matriculados ao final do período. Em relação aos abandonos, Caxias do Sul se destaca com 4,73%.

De forma geral, os dados indicam que o principal desafio do fluxo escolar em 2025 concentra-se no ensino médio, onde se observam níveis mais elevados de cancelamento e abandono quando comparados ao ensino fundamental. Além disso, persistem diferenças territoriais e contextuais importantes, especialmente em regiões metropolitanas e em territórios socialmente mais vulneráveis, reforçando a necessidade de políticas de permanência escolar e estratégias específicas para garantir a continuidade da trajetória educacional dos estudantes.

Tabela 4 – Fluxo de matrículas do Ensino médio no ano letivo de 2025.

	Cancelados			Abandonos			Matriculados		
	Taxa	Máx.	Mín.	Taxa	Máx.	Mín.	Taxa	Máx.	Mín.
Ensino Médio	10,63	60	0,0	3,27	28,83	0,0	86,09	100	37,8
01 CRE - Porto Alegre	15,53	55,74	0,0	3,17	17,89	0,0	81,33	100	40,98
02 CRE - São Leopoldo	9,34	33,04	0,0	4,12	14,48	0,0	86,53	97,67	61,61
03 CRE - Estrela	7,95	28,05	0,0	1,13	6,25	0,0	90,92	100	71,95
04 CRE - Caxias do Sul	7,90	23,53	0,0	8,60	28,83	0,0	83,50	100	49,1
05 CRE - Pelotas	12,41	33,33	0,0	1,53	13,04	0,0	86,06	100	62,75
06 CRE - Santa Cruz do Sul	9,71	45,22	1,75	2,64	12,5	0,0	87,65	98,06	53,91
07 CRE - Passo Fundo	8,79	28,07	0,0	3,83	15,91	0,0	87,39	100	60,53
08 CRE - Santa Maria	11,47	44,44	0,0	2,56	11,39	0,0	85,97	100	55,38
09 CRE - Cruz Alta	6,74	13,91	0,0	0,88	5,5	0,0	92,37	100	84,51
10 CRE - Uruguaiana	11,48	60	0,0	2,84	16,26	0,0	85,69	100	40
11 CRE - Osório	10,99	25,35	2,88	3,20	11,6	0,0	85,82	95,68	70,97
12 CRE - Guaíba	10,41	27,27	0,0	2,85	14,29	0,0	86,75	97,7	58,82
13 CRE - Bagé	11,64	60	0,0	1,85	15,56	0,0	86,51	100	40
14 CRE - Santo Ângelo	10,48	27,27	0,0	1,69	13,33	0,0	87,83	100	64,44
15 CRE - Erechim	5,19	26,8	0,0	3,12	11,96	0,0	91,69	100	68,48
16 CRE - Bento Gonçalves	9,94	20,45	0,0	4,59	15,94	0,0	85,47	100	68,12
17 CRE - Santa Rosa	6,29	26,89	0,0	3,01	9,24	0,0	90,70	100	63,87
18 CRE - Rio Grande	9,58	27,07	0,66	2,44	10,56	0,0	87,98	98,8	71,62
19 CRE - Santana do Livramento	10,29	28,7	0,0	2,42	14,62	0,0	87,28	100	62,31
20 CRE - Palmeira das Missões	8,74	50	0,0	1,34	10,89	0,0	89,92	100	50
21 CRE - Três Passos	5,12	32,81	0,0	2,72	23,44	0,0	92,16	100	43,75
23 CRE - Vacaria	7,56	20,45	3,7	6,62	10,87	0,0	85,82	95,18	72,73
24 CRE - Cachoeira do Sul	12,66	29,46	3,77	3,00	7,55	0,0	84,34	95,5	68,22
25 CRE - Soledade	8,84	25,49	0,0	3,56	16,04	0,0	87,60	100	70,59
27 CRE - Canoas	14,89	48,78	2,78	3,08	14,89	0,0	82,03	95,74	37,8
28 CRE - Gravataí	13,99	37,04	1,8	2,15	13,29	0,0	83,86	96,04	54,55
32 CRE - São Luiz Gonzaga	3,10	11,48	0,0	2,56	10,43	0,0	94,34	100	85,25
35 CRE - São Borja	2,22	11,74	0,0	0,63	4,52	0,0	97,15	100	88,26
36 CRE - Ijuí	8,69	52,38	0,0	2,48	10,53	0,0	88,83	100	40,48
39 CRE - Carazinho	8,91	30	0,0	1,96	7,69	0,0	89,13	100	70
Escolas Urbanas 1	10,64	52,38	0,0	3,29	28,83	0,0	86,07	100	37,8
Escolas Rurais 1	10,27	55,74	0,0	2,79	28,83	0,0	86,93	100	37,8
Escolas Indígenas 2	19,07	60	0,0	3,18	23,44	0,0	77,75	100	40
Escolas Quilombolas 4	14,15	50	0,0	0,94	23,44	0,0	84,91	100	43,75
Escolas RS Seguro 5	15,90	15,91	5,56	4,07	5,56	0,0	80,04	88,89	84,09
Ensino Médio Tempo Integral 6	11,17	48,78	0,0	2,88	28,83	0,0	85,95	100	37,8

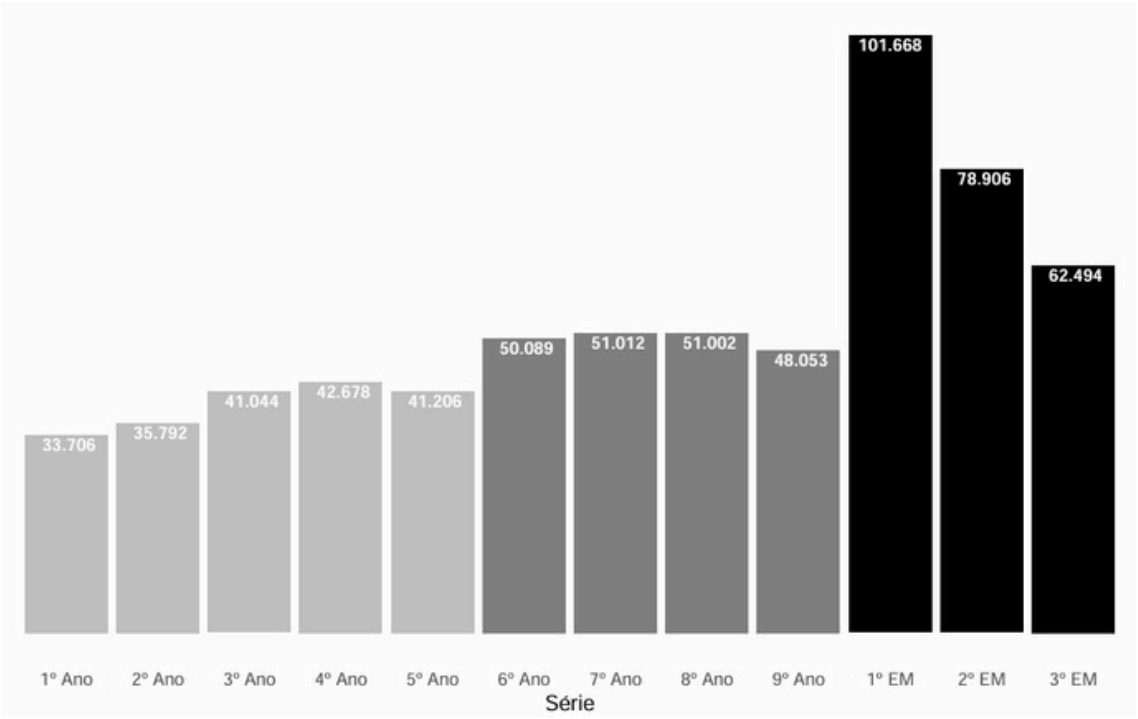
Notas: (1) Escolas cadastradas no ISE (Informatização do Sistema de Educação) com localização urbana ou rural. (2) Escolas localizadas em território indígena. (3) Escolas exclusivas de Educação Especial. (4) Escolas consideradas quilombolas são escolas mapeadas próximas a terras quilombolas delimitadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). (5) Escolas com endereços pertencentes ao território delimitado pelo RS Seguro. (6) Escolas com oferta de ensino médio em tempo integral (111 em 2023). Todas as estatísticas apresentadas nesta tabela possuem como base a data de 26/05/2025. Para esta aplicação, foram consideradas as matrículas dos alunos no tipo de ensino regular, profissional integrado ao ensino médio e especial.
Fonte: ISE. Elaboração: CEBE.

Quanto ao fluxo de matrículas do Ensino Médio em 2025, indica que a maior parte dos estudantes permanece matriculada ao longo do ano, porém ainda há desafios relevantes de permanência. No Ensino médio, 86,09% dos alunos permanecem matriculados, enquanto 10,63% das matrículas são canceladas e 3,27% correspondem a abandono, evidenciando que as principais saídas do sistema ocorrem por cancelamento de matrícula.

Entre as Coordenadorias Regionais de Educação, observam-se diferenças importantes. Algumas regionais apresentam percentuais mais elevados de cancelamento, como Porto Alegre, Canoas e Gravataí, indicando maior instabilidade no fluxo escolar. Em contraste, regionais como São Borja, São Luiz Gonzaga e Cruz Alta apresentam maior proporção de estudantes matriculados ao longo do ano.

Ao observar os resultados por perfil de escola, destaca-se as escolas rurais com Ensino Médio, que se observa um comportamento levemente maior que ao do ensino médio geral, com 86,93% de estudantes matriculados, 10,27% de cancelamentos e 2,79% de abandono.

Gráfico 1 – Número de Matrículas por Série/Ano - Ensino Regular 2025.



Fonte: ISE. Elaboração: CEBE.

O gráfico apresenta a distribuição do número de estudantes por série da educação básica na rede estadual, evidenciando diferenças importantes entre o ensino fundamental e o ensino médio.

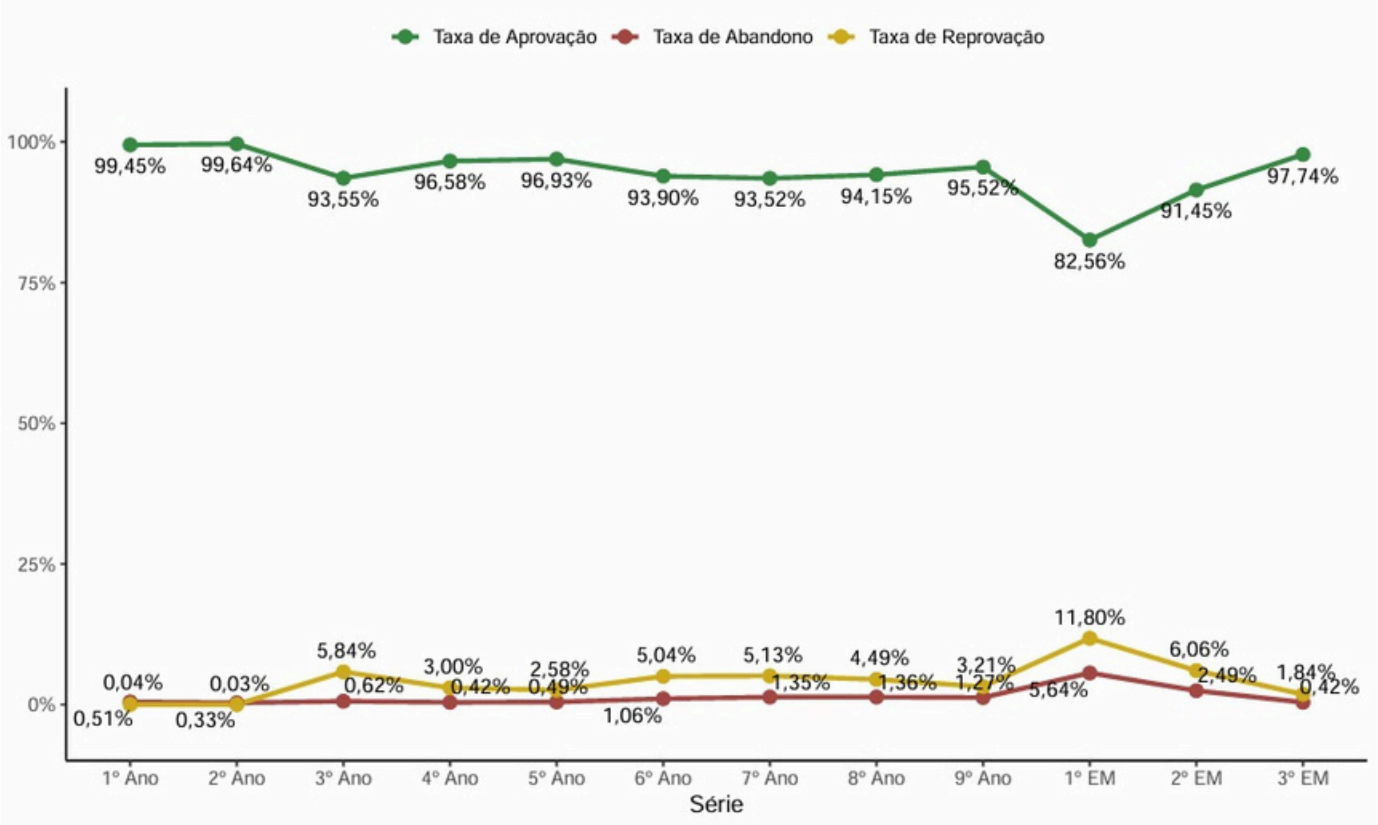
Nos anos iniciais do ensino fundamental, observa-se um crescimento gradual do número de estudantes entre o 1º e o 4º ano, passando de 33.706 alunos no 1º ano para cerca de 42 mil no 4º ano, mantendo-se relativamente estável no 5º ano (41.206). Nos anos finais do fundamental, o quantitativo de estudantes se mantém mais elevado e estável, com cerca de 50 mil alunos entre o 6º, 7º e 8º anos, e uma leve redução no 9º ano (48.053).

A principal diferença aparece no ensino médio, que concentra um volume significativamente maior de estudantes no 1º ano (101.668), número bastante superior ao observado nas séries anteriores. No entanto, há uma queda acentuada ao longo da etapa, com 78.906 alunos no 2º ano e 62.494 no 3º ano, indicando uma redução expressiva de 38,5% no total de estudantes entre o início e o fim do ensino médio.

Esse padrão sugere que, embora haja grande entrada de estudantes no 1º ano do ensino médio, ocorre uma diminuição progressiva nas séries seguintes, o que pode

estar relacionado a fatores como reprovação, abandono ou mobilidade entre redes de ensino. Dessa forma, novamente o gráfico reforça que o ensino médio concentra os principais desafios de permanência escolar, especialmente entre o primeiro e o último ano dessa etapa.

Gráfico 2 – Taxas de Fluxo por Série - Ensino Regular 2025.



Fonte: ISE. Elaboração: CEBE.

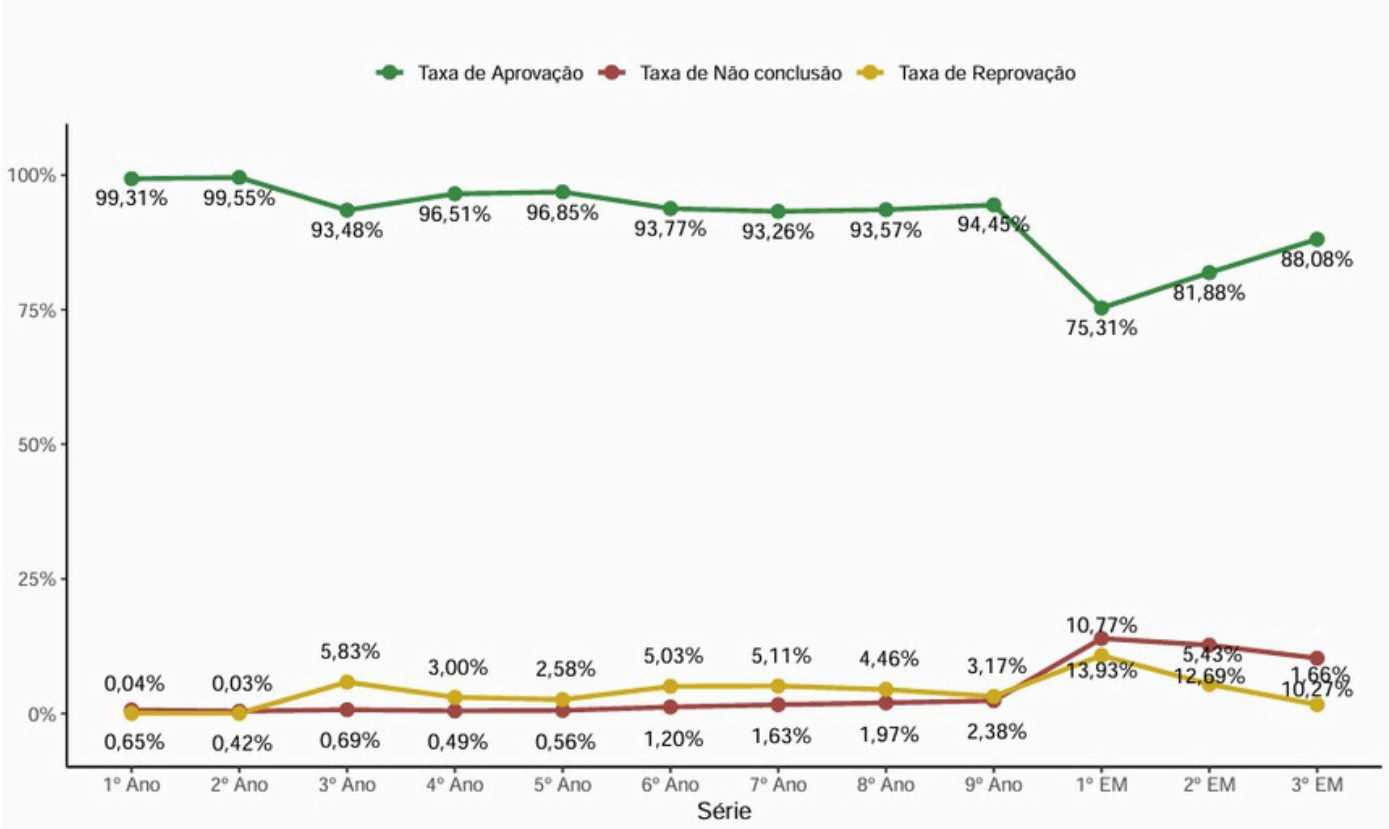
O gráfico 2, mostra a evolução das taxas de aprovação, reprovação e abandono por série e nota-se que nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), as taxas de aprovação são muito elevadas, variando entre 96% e quase 100%, enquanto as taxas de abandono permanecem extremamente baixas, próximas de 0%. A reprovação também é reduzida, embora apresente leve aumento a partir do 3º ano, quando atinge cerca de 5,84%, indicando o início de maior seletividade no fluxo escolar.

Nos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano), observa-se uma pequena redução na aprovação, que passa a oscilar entre 93% e 95%, acompanhada de aumento moderado nas taxas de reprovação, que variam entre 3% e 5%. O abandono permanece relativamente baixo, mas apresenta crescimento gradual em comparação aos anos iniciais.

A principal mudança ocorre no ensino médio, especialmente no 1º ano, onde a taxa de aprovação cai para 82,56%, enquanto a reprovação atinge 11,80% e o abandono chega a 5,64%, os maiores valores observados no gráfico. Esse resultado evidencia que o 1º ano do ensino médio representa o principal ponto de ruptura na trajetória escolar, concentrando maiores dificuldades de adaptação, reprovação e evasão.

Nos 2º e 3º anos do ensino médio, observa-se recuperação gradual dos indicadores. A aprovação aumenta para 91,45% no 2º ano e 97,74% no 3º ano, enquanto as taxas de reprovação e abandono diminuem progressivamente. Esse comportamento pode estar relacionado a um efeito de seleção, em que os estudantes que permanecem no sistema após o primeiro ano tendem a apresentar maior probabilidade de conclusão.

Gráfico 3 – Taxas de Fluxo por Série - Ensino Regular 2025, incluindo matrículas canceladas.



Fonte: ISE. Elaboração: CEBE

Neste gráfico, é apresentado as mesmas taxas de fluxo por série do ensino regular em 2025 que o anterior, porém considerando as matrículas canceladas em conjunto.

Em comparação ao gráfico anterior, a principal mudança ocorre no ensino médio, especialmente no 1º ano, onde se verifica uma queda acentuada na taxa de aprovação, que chega a 75,31%, enquanto a não conclusão atinge 13,93% e a reprovação chega a

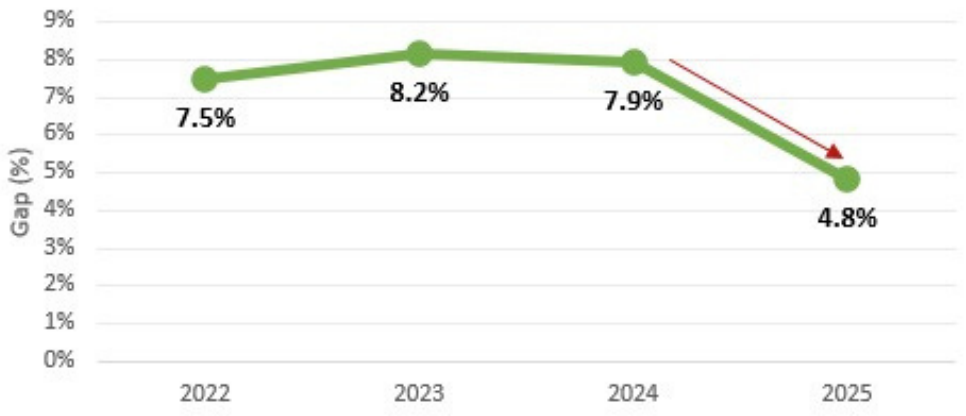
10,77%, os valores mais elevados de todo o gráfico. Esse resultado evidencia que o primeiro ano do ensino médio representa o principal ponto de ruptura na trajetória escolar, concentrando tanto reprovação quanto saídas do sistema educacional, incluindo cancelamentos de matrícula.

Nos 2º e 3º anos do ensino médio, os indicadores melhoram gradualmente. A aprovação aumenta para 81,88% no 2º ano e 88,08% no 3º ano, enquanto as taxas de não conclusão diminuem para 12,69% e 10,27%, respectivamente.

De forma geral, o gráfico evidencia que o ensino fundamental apresenta fluxo escolar estável e altas taxas de aprovação, enquanto o ensino médio, especialmente no 1º ano, onde se observam simultaneamente maiores taxas de reprovação e de não conclusão, são influenciadas tanto pelo abandono quanto pelos cancelamentos de matrícula.

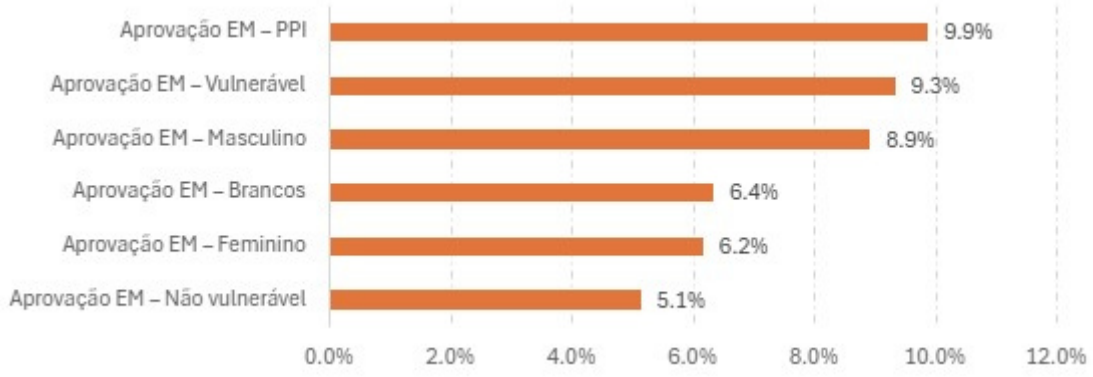
Outro aspecto importante, foi que em 2025, os indicadores educacionais do ensino médio evidenciaram avanços consistentes, tanto nos níveis de aprovação quanto na permanência escolar, quando analisados sob a perspectiva dos marcadores sociais. Em uma análise (Gráfico 4), pode-se observar que entre 2022 e 2024, o gap na taxa de aprovação entre estudantes brancos e PPI no Ensino Médio manteve-se elevado e relativamente estável, variando entre 7,5% e 8,2%, o que indica persistência da desigualdade racial sem mudanças estruturais relevantes. Porém, em 2025, observa-se uma queda expressiva para 4,8%, sinalizando uma possível redução dessa desigualdade. No entanto, essa melhora precisa ser analisada com cautela, pois pode decorrer tanto de um avanço na aprovação dos estudantes PPI quanto de uma eventual queda na aprovação dos estudantes brancos ou de mudanças no fluxo escolar.

Gráfico 4: Taxa de aprovação no Ensino Médio – Diferença entre Brancos e PPI (2022 – 2025).



No gráfico “Crescimento relativo entre 2024 e 2025 das taxas de aprovação – perspectiva de eixo único”, observa-se elevação das taxas de aprovação em todos os grupos analisados, com ganhos particularmente expressivos entre estudantes historicamente mais vulneráveis. Entre 2024 e 2025, a aprovação entre estudantes do sexo masculino aumentou de 79,5% para 86,6%, enquanto entre as estudantes do sexo feminino passou de 86,4% para 91,74%. Tendência semelhante é observada no recorte socioeconômico e racial, com crescimento da aprovação entre estudantes em situação de vulnerabilidade social (de 79,5% para 86,93%) e entre estudantes pretos, pardos e indígenas (PPI) (de 78,6% para 86,37%), indicando redução relevante dos níveis absolutos de exclusão escolar.

Gráfico 5: Crescimento relativo entre 2024 e 2025 das taxas de aprovação – perspectiva de eixo único.

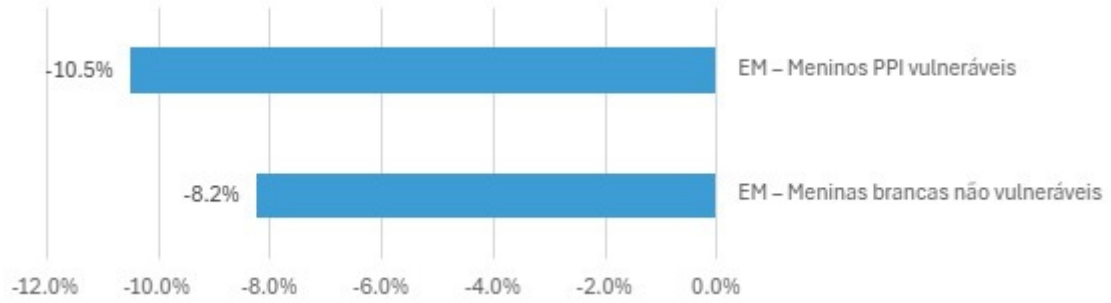


Fonte: ISE e CAD Único. Elaboração: CEBE.

Apesar desse avanço generalizado, a leitura interseccional1 dos resultados de 2025 mostra que as desigualdades estruturais permanecem organizando as trajetórias escolares. A comparação entre os perfis extremos revela que, embora os níveis absolutos tenham se elevado, as diferenças seguem expressivas. Em 2024, a distância entre estudantes do sexo feminino, brancas e não vulneráveis socialmente (92,0%) e estudantes do sexo masculino, pretos, pardos e indígenas em situação de vulnerabilidade social (72,0%) alcançava cerca de 20 p.p. Em 2025, essa distância diminui em termos absolutos, mas não se elimina: enquanto o grupo mais favorecido atinge taxa de aprovação de 95,24%, o grupo mais vulnerável alcança 81,66%, evidenciando que os avanços recentes não foram suficientes para romper o padrão de desigualdade interseccional.

Essas desigualdades estruturais também se refletem no abandono escolar, apesar dos avanços expressivos da rede nesse aspecto. Meninos PPI em situação de vulnerabilidade continuam tendo cerca de três vezes mais chances de abandonar a escola do que o grupo favorecido: em 2025, a taxa é de 4,52% para os vulneráveis (era 5,05% em 2024) e de 1,56% para os favorecidos (era 1,70%).

Gráfico 6 - Diferença relativa da taxa de abandono - Ensino Regular Médio 2024 e 2025.

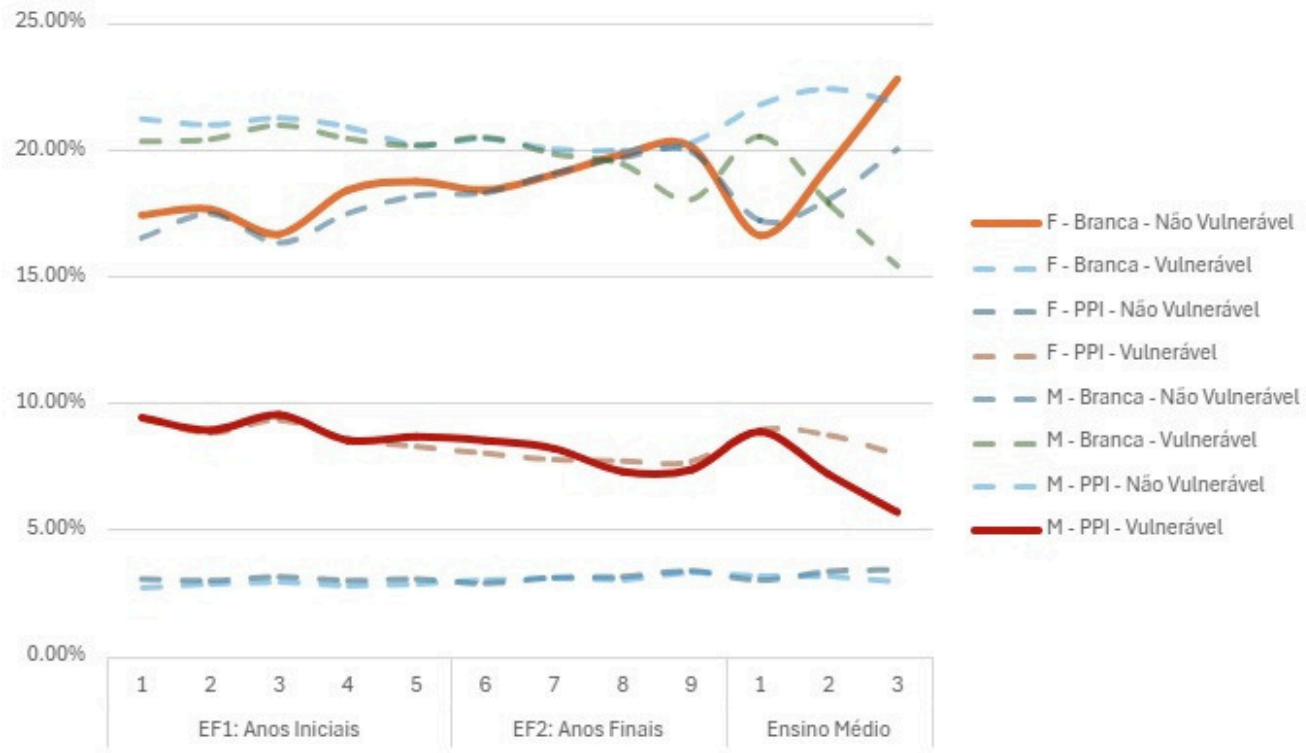


Fonte: ISE e CAD Único. Elaboração: CEBE.

Esses marcadores sociais se refletem na vida do estudante ao longo de toda a sua trajetória escolar, e não somente no ensino médio. Em 2025, observa-se menor perda acumulada de matrículas entre os grupos vulneráveis em comparação a 2024, sugerindo avanços na permanência escolar. As meninas PPI em situação de vulnerabilidade reduziram sua perda acumulada de participação de 23% para 16%, enquanto, entre os meninos PPI vulneráveis, a redução passou de 45% para 40%. Meninos brancos em situação de vulnerabilidade social também apresentaram avanços em relação à sua participação escolar, reduzindo a perda acumulada de 28% em 2024 para 24% em 2025 ao longo de toda a trajetória.

As tendências nas proporções são evidentes e se mantêm semelhantes ao resultado observado em 2024, indicando que os padrões sociais de participação escolar permanecem, em grande medida, inalterados. O aumento do grupo de brancos não vulneráveis é perceptível, enquanto há uma diminuição clara entre os meninos e meninas PPI vulneráveis, assim como entre os meninos brancos vulneráveis, considerando toda a trajetória escolar.

Gráfico 7 - Matrículas por Série (%) – Perspectiva Interseccional.



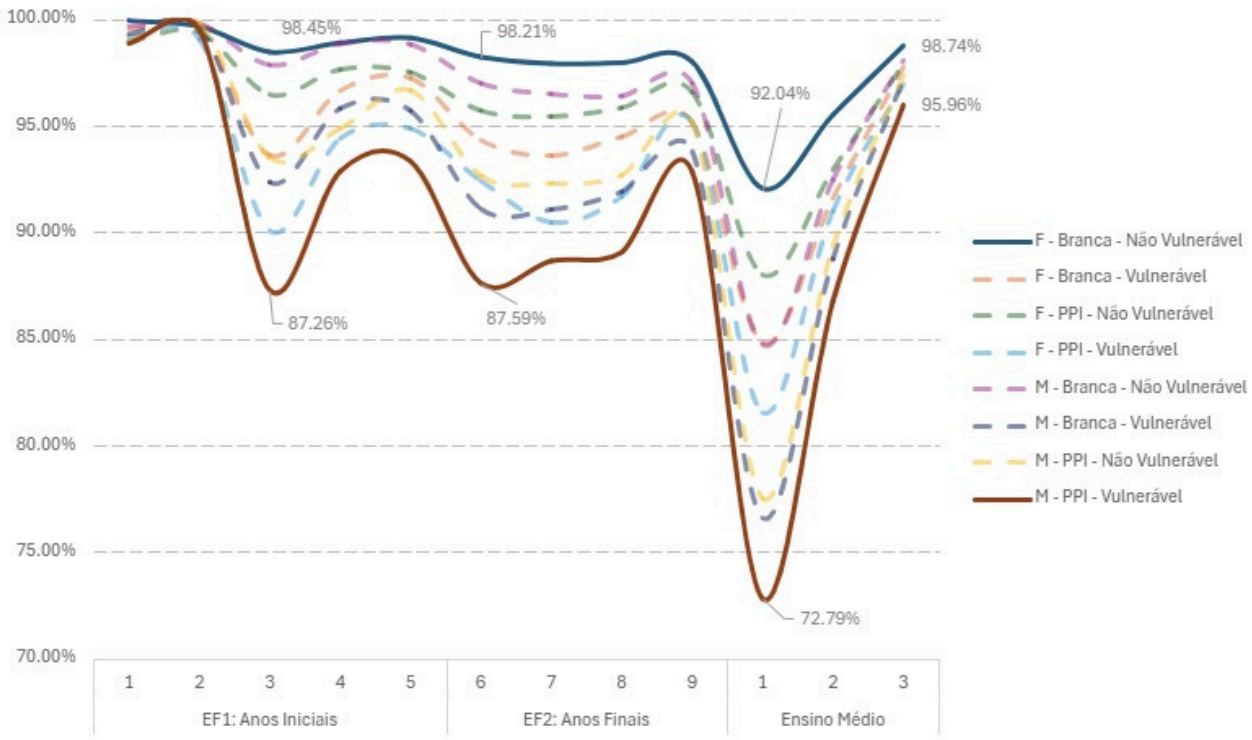
Fonte: ISE e CAD Único. Elaboração: CEBE.

Esse cenário de exclusão, especialmente entre os meninos PPI em situação de vulnerabilidade, impacta diretamente a interpretação dos resultados de aprendizagem. A melhora na aprovação dos meninos PPI em situação de vulnerabilidade ao final de cada ciclo como demonstra o gráfico “Taxas de Aprovação por Série

- Perspectiva Interseccional “nem sempre sinaliza um avanço pedagógico real e deve ser analisada com cautela. Esse índice pode ser reflexo de uma seleção adversa: como esse grupo apresenta as menores taxas de permanência, o indicador tende a refletir apenas o desempenho dos alunos que conseguiram transpor as barreiras da evasão, omitindo a realidade daqueles que ficaram pelo caminho.

Dito isso, quando se comparam meninos PPI em situação de vulnerabilidade com meninas brancas não vulneráveis, observam-se disparidades em todas as séries analisadas, com diferenças mais pronunciadas no 3º e no 6º ano do ensino fundamental, com gaps de 11,1 e 10,6 pontos, respectivamente. No início do ensino médio, essa distância chega a 19,2 p.p. Já no último ano, quase toda essa diferença é reduzida, conforme indicado no gráfico correspondente.

Gráfico 8: Taxas de Aprovação por Série - Perspectiva Interseccional.

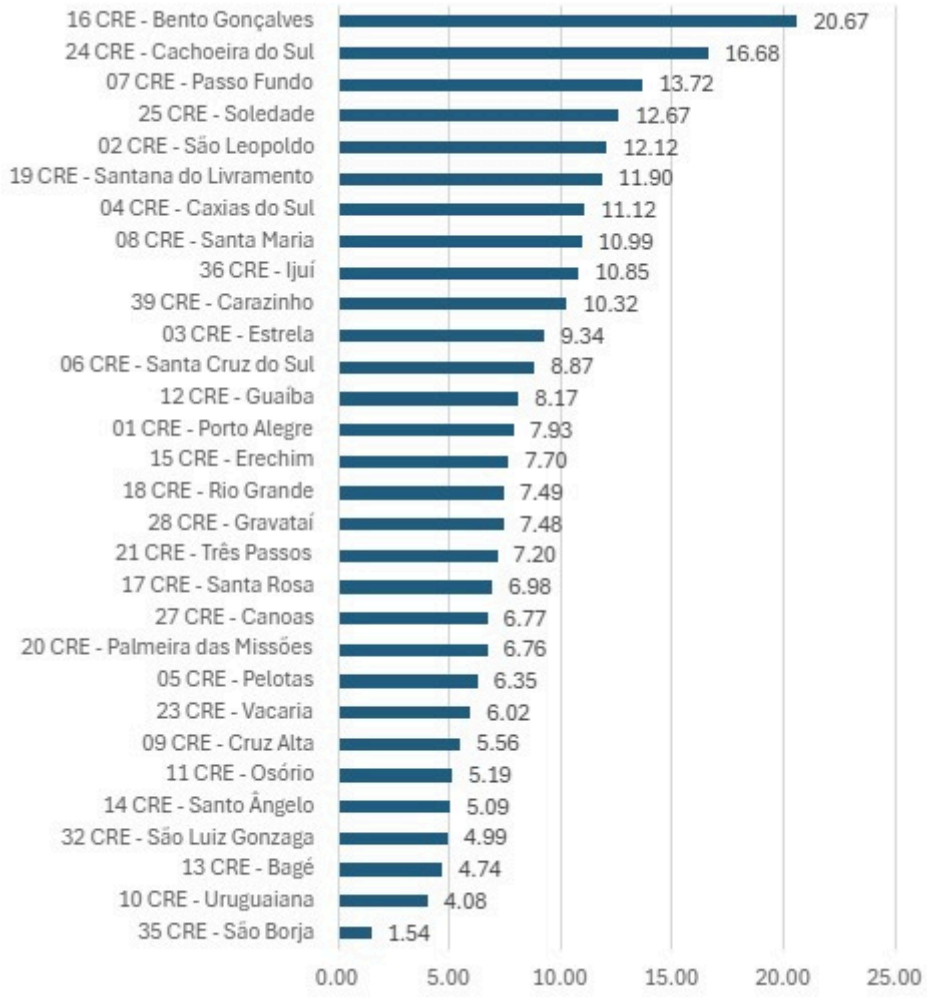


Fonte: ISE e CAD Único. Elaboração: CEBE.

Em qualquer análise, seja ela de resultados escolares ou não, deve-se considerar que o Rio Grande do Sul não é um território homogêneo, mas um mosaico de micro-regiões, que representaremos pelas CREs. Sob uma perspectiva interseccional, essas unidades administrativas funcionam como “geografias da oportunidade” (Galster & Killen, 1995): em certas regiões, a estrutura socioeconômica e a rede de ensino oferecem suportes que blindam as trajetórias escolares, enquanto, em outras, as barreiras de classe e raça são amplificadas.

Ao analisar exclusivamente a diferença entre o grupo com marcadores sociais de maior vulnerabilidade e o grupo menos vulnerável entre as CREs, observa-se que, no ensino médio, algumas regiões apresentam esse gap de maneira mais pronunciada. Um exemplo é Bento Gonçalves, onde a taxa de aprovação do grupo menos vulnerável é de 91,2%, enquanto a dos meninos PPI vulneráveis é de apenas 70,5%. Isso significa que cerca de 30% desses estudantes não conseguem concluir o ensino médio, resultando em uma distância absoluta de 20,67 p.p. em relação ao grupo mais favorecido. No extremo oposto, destaca-se São Borja, que apresenta uma diferença absoluta de apenas 1,54 p.p. entre os principais grupos analisados, evidenciando um cenário de maior equidade.

Gráfico 9: Taxa de aprovação - Diferença absoluta entre Meninas Brancas não vulneráveis vs Meninos PPI vulneráveis.



Fonte: ISE e CAD Único. Elaboração: CEBE.

Em síntese, os resultados de 2025 indicam avanço consistente nos indicadores de aprovação e sinais de melhora na permanência escolar, inclusive entre grupos historicamente mais vulneráveis. Ainda assim, a análise interseccional mostra que as desigualdades entre perfis extremos persistem — tanto nos níveis de aprovação quanto nas chances de abandono — e que o território (CREs) pode ampliar ou atenuar esses efeitos, configurando diferentes “geografias da oportunidade”. Por isso, esses achados devem ser interpretados com cautela: parte da melhora observada pode refletir, ao menos em alguma medida, efeitos de composição associados à evasão, especialmente entre meninos PPI em situação de vulnerabilidade. Recomenda-se, portanto, aprofundar os estudos com modelos estatísticos mais sofisticados, capazes de estimar efeitos

interseccionais e territoriais de forma conjunta (por exemplo, modelos multinível e especificações com interações entre raça/cor, gênero e vulnerabilidade), controlando por variáveis relevantes e testando a robustez dos resultados.

Abaixo (Tabela 5 e 6) segue uma análise na qual é possível ver as taxas de aprovação no ano de 2025 e após 2024, considerando o resultado que os determinados alunos tiveram no ano anterior.

Tabela 5 – Taxas de Aprovação em 2025.

	Taxa de Aprovação em 2025		
Resultado em 2024	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
Aprovados	97,45%	96,44%	93,78%
Reprovados	86,74%	74,93%	58,05%
1ª ano	83,33%		
2ª ano	84,21%		
3ª ano	84,94%		
4ª ano	88,93%		
5ª ano	87,82%		
6ª ano		75,05%	
7ª ano		75,55%	
8ª ano		74,99%	
9ª ano		73,17%	
1º série			53,69%
2º série			69,01%
3º série			86,10%
Abandono	67,13%	39,46%	35,62%
1ª ano	75,68%		
2ª ano	91,04%		
3ª ano	66,29%		
4ª ano	65,05%		
5ª ano	54,17%		
6ª ano		40,21%	
7ª ano		40,52%	
8ª ano		36,81%	
9ª ano		40,16%	
1º série			31,61%
2º série			53,88%
3º série			71,05%
Progressão Parcial	0,43%	1,55%	2,29%
1ª ano	-		
2ª ano	0,00%		
3ª ano	0,81%		
4ª ano	0,59%		
5ª ano	0,64%		

6ª ano		1,71%	
7ª ano		2,18%	
8ª ano		2,23%	
9ª ano		-	
1º série			3,65%
2º série			3,65%
3º série			-

Fonte:ISE.Elaboração: CEBE.

Tabela 6 – Taxas de Aprovação em 2024.

	Taxa de Aprovação em 2024		
Resultado em 2023	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
Aprovados	95,51%	92,47%	84,28%
Reprovados	77,74%	58,57%	27,57%
1ª ano	60,00%		
2ª ano	88,46%		
3ª ano	76,73%		
4ª ano	81,17%		
5ª ano	75,90%		
6ª ano		65,44%	
7ª ano		59,30%	
8ª ano		54,17%	
9ª ano		51,95%	
1º série			29,83%
2º série			24,41%
3º série			20,08%
Abandono	54,47%	26,96%	15,74%
1ª ano	90,91%		
2ª ano	78,57%		
3ª ano	48,00%		
4ª ano	52,89%		
5ª ano	45,00%		
6ª ano		37,33%	
7ª ano		27,20%	
8ª ano		21,43%	
9ª ano		24,67%	
1º série			14,82%
2º série			15,67%
3º série			29,19%

Fonte:ISE.Elaboração:CEBE.

Analisando a Tabela 5 (Taxa de aprovação de 2025), observa-se que considerando o resultado obtido em 2024, encontra-se uma melhora nas taxas de aprovação em todas as etapas. Entre os estudantes aprovados no ano anterior, os índices permanecem elevados, alcançando 97,45% nos anos iniciais, 96,44% nos anos finais e 93,78% no ensino médio. Também se verifica avanço entre os estudantes reprovados, cujas taxas de aprovação em 2025 chegam a 86,74% nos anos iniciais, 74,93% nos anos finais e 58,05% no ensino médio.

Entre os estudantes que haviam abandonado a escola em 2024, também há aumento nas taxas de aprovação em 2025, com 67,13% nos anos iniciais, 39,46% nos anos finais e 35,62% no ensino médio, indicando maior capacidade de reintegração desses alunos ao fluxo escolar.

Por fim, destaca-se a Progressão Parcial (PP), que não contempla resultados de 2024, uma vez que sua implementação teve início apenas em 2025. Assim, esta tabela apresenta exclusivamente os casos de aprovação em 2025 associados à PP. Com isso, observa-se que os três níveis de ensino registram ocorrências de progressão parcial; entretanto, os maiores percentuais concentram-se no Ensino Médio, especialmente na 1ª e 2ª séries, ambas com 3,64%. Cabe ressaltar que esse indicador já apresenta tendência de crescimento desde o Ensino Fundamental.

Já analisando a Tabela 6 (Taxas de aprovação em 2024), os dados indicam que a trajetória escolar anterior tem forte relação com o desempenho dos estudantes no ano seguinte. De modo geral, quanto mais positivo foi o resultado em 2023, maior tende a ser a probabilidade de aprovação em 2024.

Entre os estudantes aprovados no ano anterior, as taxas de aprovação permanecem elevadas em todas as etapas de ensino: 95,51% nos anos iniciais, 92,47% nos anos finais e 84,28% no ensino médio. Esse padrão evidencia grande estabilidade no fluxo escolar entre os alunos que já apresentavam trajetória regular.

Entre os estudantes que haviam sido reprovados em 2023, as taxas de aprovação em 2024 são menores e diminuem conforme avança a etapa de ensino. Nos anos iniciais, 77,74% desses estudantes foram aprovados, enquanto nos anos finais a taxa cai para 58,57% e, no ensino médio, para 27,57%. A análise por série mostra variações dentro de cada etapa, com percentuais relativamente mais altos nas séries iniciais do fundamental e queda progressiva nas séries mais avançadas, especialmente no ensino médio, onde a aprovação entre reprovados é bastante baixa.

Comparando as duas tabelas, observa-se uma melhora geral nas taxas de aprovação em 2025, especialmente entre estudantes que haviam sido reprovados ou abandonado no ano anterior. Apesar disso, o padrão permanece semelhante: estudantes com trajetória escolar regular apresentam maiores chances de aprovação, enquanto aqueles com histórico de reprovação ou abandono continuam enfrentando maiores dificuldade de avanço, sobretudo no ensino médio.

Síntese e Recomendações

Os resultados de 2025 evidenciam um avanço consistente no fluxo escolar da rede estadual, com aumento das taxas de aprovação e redução da reprovação e do abandono, especialmente no ensino médio, que historicamente concentrava os maiores desafios. Esse movimento indica um ajuste sistêmico relevante, possivelmente associado a estratégias de flexibilização e recuperação da aprendizagem, além de maior eficiência no percurso escolar. No entanto, apesar da melhora nos indicadores, o principal gargalo permanece na permanência dos estudantes no ensino médio, sobretudo no 1º ano, que concentra maiores riscos de reprovação, abandono e cancelamento de matrícula. A expressiva redução no número de estudantes entre o 1º e o 3º ano reforça que, embora mais alunos estejam avançando, a trajetória ainda não é plenamente sustentada até a conclusão. Persistem também desigualdades territoriais, entre tipologias de escola e entre grupos sociais, evidenciando que os avanços não foram homogêneos.

Diante desse cenário, recomenda-se a priorização de políticas específicas para o 1º ano do ensino médio, com foco em acolhimento, nivelamento e acompanhamento pedagógico contínuo, estratégia amplamente apontada na literatura como fundamental para reduzir rupturas na transição entre etapas (Soares & Delgado, 2016; OECD, 2021). Também é fundamental fortalecer políticas de permanência escolar, como apoio financeiro, flexibilização de trajetórias e suporte psicossocial, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade, conforme evidenciado por estudos sobre evasão escolar no Brasil (Neri, 2009; UNESCO, 2017).

Adicionalmente, é necessário seguir monitorando de forma integrada os indicadores de fluxo e aprendizagem, garantindo que o aumento da aprovação esteja associado a ganhos reais de desempenho, evitando processos de progressão sem consolidação de competências (Hanushek & Woessmann, 2015). O uso da progressão parcial deve ser acompanhado de estratégias pedagógicas estruturadas de recuperação, assegurando que não haja acúmulo de defasagens ao longo da trajetória escolar.

Por fim, recomenda-se o fortalecimento de políticas focalizadas por território e perfil de escola, considerando desigualdades regionais e interseccionais, bem como a expansão qualificada de modelos como o ensino médio em tempo integral, que apresentam evidências positivas em termos de permanência e desempenho (Pinto & Amaral, 2019). Em síntese, o desafio para os próximos anos não é apenas manter os avanços no fluxo, mas garantir sua sustentabilidade com qualidade e equidade, alinhando progressão escolar à efetiva aprendizagem.

Referências Bibliográficas

CRENSHAW, Kimberlé. "Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". The University of Chicago Legal Forum, n. 140, p. 139–167, 1989.

CRUZ, Eder Pereira do Carmo; SANTOS, Marcelo Henrique Pereira dos. Educação e igualdade: o impacto das políticas públicas na redução das desigualdades sociais no Brasil. Id on Line Rev. Psic., v. 19, n. 76, p. 159–175, maio 2025.

GALSTER, George C.; KILLEN, Sean P. The geography of metropolitan opportunity: a reconnaissance and conceptual framework. Housing Policy Debate, v. 6, n. 1, p. 7–43, 1995.

HANUSHEK, Eric A.; WOESSMANN, Ludger. The Knowledge Capital of Nations. Cambridge: MIT Press, 2015.

LEITE, Maria Eduarda Pereira. Educação de tempo integral, política pública educacional e desigualdade: esboço de uma problemática sociológica. Equatorial, Natal, v. 8, n. 15, jul./dez. 2021.

LOPES, Cleber et al. Desigualdades educacionais no Brasil: uma análise regional a partir de indicadores educacionais. Revista Aracê, São José dos Pinhais, v. 8, n. 2, p. 1–14, 2026.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Education at a Glance. Paris: OECD Publishing, 2021.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Education at a Glance 2024: Brazil. Paris: OECD Publishing, 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Educação inclusiva e equitativa de qualidade. Paris: UNESCO, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Educação inclusiva e de qualidade no Brasil. UNESCO, 2026. Disponível em: Link.

PINTO, José Marcelino de Rezende; AMARAL, Nelson Cardoso. Financiamento da educação e ensino médio integral no Brasil. 2019.

SAMPAIO, Gabriela Thomazinho Clementino; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Dimensões da desigualdade educacional no Brasil. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE), v. 31, n. 3, p. 511–530, 2015.

SANTOS, Gean Medrado dos et al. Desigualdades educacionais no Brasil e as políticas públicas de inclusão. Revista REGEO, São José dos Pinhais, v. 16, n. 5, p. 1–15, 2025.

SOARES, José Francisco; DELGADO, Victor Maia Senna. Medidas educacionais e transições escolares no Brasil. 2016.

ZACCHI, Raquel Callegario; MENEZES, Daniel Teixeira de; NEY, Marlon Gomes. Desigualdades sociais e desempenho escolar no Brasil: o que revelam os microdados do ENEM 2021? Latitude, v. 18, n. 2, p. 33–59, 2024.

Textos para discussão – n.9

Edições Anteriores

A infrequência escolar no Ensino Médio no ano de 2023 – n.1 – out/23

Estudantes estrangeiros na rede pública estadual de ensino – n.2 – out/23

A não declaração racial de estudantes na rede estadual do Rio Grande do Sul – n.3 – jan/2024

Síntese dos Resultados da Rede Estadual de Ensino do RS em 2023 – n.4 – jun/2024

As consequências da gravidez na adolescência em estudantes em vulnerabilidade socioeconômica – n.5 – jan/2025

Síntese dos Resultados da Rede Estadual de Ensino do RS em 2024 – n.6 – fev/2026

Educação Gaúcha como o principal determinante da Produtividade 2016/2022 – n.7 – fev/2026

Salário e educação no Rio Grande do Sul: uma análise econométrica do prêmio salarial por ano de estudo – n.8 – fev/2026

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO